

RE no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.717.967 - SE (2018/0004335-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : CLOVIS FREIRE DE SANTANA
ADVOGADOS : EVÂNIO JOSÉ DE MOURA SANTOS E OUTRO(S) -
SE002884
FABIO BRITO FRAGA - SE004177
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 5º, XLVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS. VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PREVISTAS NO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 182/STF**. CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADES. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CLÓVIS FREIRE DE SANTANA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.605):

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NULIDADES. SÚMULA 283/STF. INCIDÊNCIA. DOSIMETRIA. EFEITO DEVOLUTIVO. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. 'A interposição do recurso especial à moda de apelação, deixando a parte recorrente de efetivamente demonstrar no que consistiu a violação da lei federal e de infirmar especificamente os fundamentos do acórdão, limitando-se a reiterar as razões dos recursos anteriores, atrai a incidência das Súmulas nºs 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.' (AgRg no AgRg no AREsp 171.093/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013).

2. 'O efeito devolutivo da apelação autoriza a Corte estadual, quando provocada a se manifestar acerca da dosimetria, a examinar as circunstâncias judiciais e rever a individualização da pena, seja para manter ou reduzir a sanção imposta em primeira instância. É possível nova ponderação dos fatos e circunstâncias em que se deu a conduta criminosa, mesmo tratando-se de recurso exclusivamente defensivo, sem que se incorra em 'reformatio in pejus', desde que não seja agravada a situação do réu' (HC n. 314.799/SP, Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 13/4/2015).

3. Agravo regimental desprovido."

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.619/1.648), sustenta a recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao princípio da individualização da pena inserto no artigo 5º, XLVI, da Constituição Federal, bem como aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, da igualdade e da paridade de armas, inscritos no artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal.

Salienta que sua defesa restou inviabilizada, tendo em vista que o Juízo sentenciante indeferiu pedidos de produção de provas documentais e periciais. Aduz *"pelo reconhecimento de violação aos constitucionais princípio do devido processo legal e ampla defesa, além do sistema acusatório, e que, por conseguinte, seja determinado o retorno dos autos ao Juízo a quo para que oficie o Departamento da Polícia Federal para que envie os laudos/prova requisitados, devendo-se, empós a juntada, anulando os atos processuais realizados em 26.11.2015 e 10.12.2015"* (fl. 1.638).

No que concerne à dosimetria da pena, alega que elementares do tipo foram utilizadas para deslocar a pena-base do mínimo legal, bem como a ocorrência de *bis in idem* na valoração de circunstâncias judiciais e a ausência de fundamentação idônea em relação ao *quantum* fixado.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1.655/1.657.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada ofensa ao princípio constitucional da individualização da pena, previsto no art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, decorrente da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal para a fixação da pena-base e do regime de cumprimento de pena, inexistente repercussão geral que autorize a admissão da insurgência extraordinária.

Com efeito, nos autos do Recurso Extraordinário 593.818/SC, o Supremo Tribunal Federal decidiu que *"Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional."* (Tema 182/STF).

Confira-se, a propósito, a ementa do aludido julgado:

"Recurso. Extraordinário. Inadmissibilidade. Circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal. Fixação da pena-base. Fundamentação. Questão da ofensa aos princípios constitucionais da individualização da pena e da fundamentação das decisões judiciais. Inocorrência. Matéria infraconstitucional. Ausência de repercussão geral. Agravo de instrumento não conhecido. Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional." (AI 742.460 RG, Relator Min. CEZAR PELUSO, julgado em 27/8/2009, DJe-181 DIVULG 24/9/2009 PUBLIC 25/9/2009 EMENT VOL-02375-09 PP-02309 LEXSTF v. 31, n. 369, 2009, p. 330-338.)

Outrossim, no que concerne às alegações de cerceamento de defesa e necessidade de produção de provas documentais e periciais, o recurso especial sequer foi

conhecido. Por oportuno, transcrevo excerto do r. acórdão:

"Apesar de afirmar que rechaçou os fundamentos da Corte local, o que se verifica, de fato, é que o ora agravante, sem impugnar as razões do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reiterou o que vinha alegando anteriormente na apelação (e-STJ, fls. 1.068-1.143). Assevere-se que 'a interposição do recurso especial à moda de apelação, deixando a parte recorrente de efetivamente demonstrar no que consistiu a violação da lei federal e de infirmar especificamente os fundamentos do acórdão, limitando-se a reiterar as razões dos recursos anteriores, atrai a incidência das Súmulas nºs 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.' (AgRg no AgRg no AREsp 171.093/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013).

Em outros termos, a defesa apenas tangenciou os fundamentos do TRF5, sem retorquir diretamente os fundamentos jurídicos apresentados pelo Tribunal.

Com efeito, note-se que a exigência da impugnação específica nos recursos não possui conotação meramente formal. Ao contrário. Ela exsurge da própria essência da sistemática recursal.

Assim, cumpre lembrar que a previsão de recursos no sistema processual visa, primordialmente, à correção de eventuais erros na prestação jurisdicional, bem como ao aprimoramento, quando possível, das decisões recorridas. Desse modo, a partir de um processo dialógico/dialético entre jurisdicionados (recorrente e recorrido), - que se manifestam por meio dos recursos e das contrarrazões -, e órgão julgador, - cujo meio de expressão se dá na decisão judicial -, o órgão ad quem examina razões de decidir e razões recursais (incluindo-se, quando houver as contrarrazões). Em outros termos, o Direito, reconhecendo as limitações de seus operadores e, portanto, também as suas, confere a faculdade de as partes levarem à frente a lide, frise-se, não mais atinente à pretensão inicial pura, mas sim, à adequação da decisão resolutória do conflito.

Como visto, é o diálogo que possibilita o aprimoramento da prestação jurisdicional. Não haveria nenhum proveito jurisdicional caso fosse permitida a manifestação recursal em forma de monólogo, sem interação entre os agentes processuais (com razões recursais divorciadas das razões de decidir). Nesses termos, forçoso reconhecer que o requisito da impugnação específica revela-se de extrema importância, ou melhor, imprescindível.

Portanto, adequada a incidência da Súmula n. 283/STF." (fl. 1.613)

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

"PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência

de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso 'elemento de configuração da própria repercussão geral', conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608." (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto). 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015." (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente